

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Com 59 novos projetos, PPI prevê R\$ 1,6 tri	2
Título: Bolsonaro e Santos Cruz retomam articulação	3
Título: Irã retoma atividade nuclear e EUA adotam novas sanções	5
Título: Shell planeja ampliar presença no Brasil para além do petróleo.....	7
Título: Destaques	10
Título: Petrobras divulga em junho modelo de venda do refino	10
Título: Antecipação de linhas de transmissão puxa resultado da EDP no 1º trimestre	13
Título: MP-AL insiste em bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem	14
Título: Analistas preveem ganho para Vale, apesar de desastre em Brumadinho	16
Título: Gerdau investe R\$ 400 milhões em MG	18
Título: Petrobras é destaque e puxa alta do Ibovespa.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	21
Título: Maior parte de privatizações deve ficar para 2021	21
Título: » Solar.....	23
Título: À espera da virada. Que ninguém vê	23
Título: » Direto.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Estudos ligam mineração da Braskem a rachaduras em Maceió	25
Título: Petrobras decide vender participações minoritárias em gasodutos.....	26
Título: Frete mínimo não é viável a longo prazo, diz presidente da Randon	28
Título: Incerteza cresce após Irã seguir EUA e renunciar a parte de acordo nuclear	29
VEÍCULO: O Globo	32

Título: Para presidente da Petrobras, BR não é a 'joia da coroa' da empresa	32
Título: Governo inclui 59 projetos em programa de concessões	33
Título: RJ quer reduzir ICMS do etanol.....	34
Título: União estuda renegociar dívidas de caminhoneiros	35
Título: Todo mundo de olho no petróleo brasileiro.....	36
Título: Pacto em perigo	36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Com 59 novos projetos, PPI prevê R\$ 1,6 tri

O governo anunciou ontem a inclusão de 59 projetos no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) com investimento de R\$ 1,6 trilhão nos próximos 30 anos. A maior parte (R\$ 1,4 trilhão) está relacionada aos três leilões de petróleo e gás previstos para este ano: a venda do óleo excedente aos 5 bilhões de barris do contrato de cessão onerosa firmado com a Petrobras, a 16ª rodada de concessão e a 6ª rodada no regime de partilha.

O anúncio ocorreu após reunião do conselho de ministros do PPI, no Palácio do Planalto. "Dos 193 programas qualificados até hoje 147 foram absorvidos pelo capital privado, restando 46 neste grande portfólio", disse o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informou que os projetos da área responderão por R\$ 130 bilhões em investimentos ao longo da concessão. Grande parte, segundo ele, estará concentrada nos cinco primeiros anos dos contratos.

Freitas afirmou que a Infraero assumirá os estudos de venda das participações de 49% em quatro aeroportos concedidos no governo Dilma Rousseff: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). Antes, a estruturação

da venda estava com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A venda da participação da estatal em Viracopos (Campinas) ficará para depois, em razão da atual dificuldade financeira enfrentada pela concessionária. Sobre Viracopos, o ministro disse que pretende viabilizar a transferência de controle ainda neste ano. Se não for possível, o governo afirma que uma nova concessão será feita no próximo ano.

A sexta rodada de aeroportos, com três blocos regionais (Sul, Norte e Centro-Oeste), será realizada em outubro de 2020, quando já serão iniciados os estudos da rodada seguinte. A sétima rodada, que contará com os aeroportos mais atrativos, Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), está prevista para 2022.

O ministro informou que foram iniciados os estudos para abertura de capital da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o Porto de Santos. A operação deve ocorrer nos "idos de 2021, 2022". Conforme o **Valor** antecipou, o governo incluiu no PPI a transferência do Porto de São Sebastião (SP) à iniciativa privada, por 35 anos, em 2021.

No setor rodoviário, o governo planeja investimentos na pavimentação e na manutenção de 14 mil quilômetros de estradas. Entre eles, estão incluídas as concessões da BR-381 (MG) e da BR-163 (PA). O pacote rodoviário inclui 7,2 mil quilômetros de concessão em estudos, que abarcam a oferta potencial de 15 trechos à iniciativa privada. Outros 4,1 mil quilômetros de rodovias concedidas pelo governo do Paraná deverão entrar no plano de concessão federal.

Ontem, o conselho do PPI confirmou outras duas informações antecipadas pelo **Valor**: a venda da fatia de 11,7% detida pela União no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), estimada em R\$ 3,5 bilhões, e das debêntures participativas emitidas pela Vale, avaliadas em R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro entrará no caixa único do Tesouro.

O setor elétrico contribuirá com investimentos de R\$ 400 bilhões até 2027. A estimativa envolve a construção de mais 2,5 mil quilômetros de redes de transmissão em dez Estados, três leilões de oferta de energia nova, a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 e do projeto que ligará as capitais Manaus e Boa Vista (RR).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Política

Autor: Carla Araújo e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Bolsonaro e Santos Cruz retomam articulação

Alvo de ataques do escritor Olavo de Carvalho e de simpatizantes que chegaram a pedir sua saída do governo, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, retoma hoje os esforços do governo para ampliar os apoios à reforma da Previdência no Congresso Nacional. Paralelamente, o presidente Jair Bolsonaro reúne-se com governadores do Nordeste, que, em sua maioria, resistem à proposta de emenda constitucional (PEC).

Santos Cruz encontra os parlamentares, dias após o governo fazer concessões para alterar pontos da Medida Provisória 870, conhecida também como MP da reforma administrativa. Entre as mudanças, o Palácio do Planalto aceitou desmembrar o Ministério do Desenvolvimento Regional e recriar as pastas de Cidades e de Integração Nacional.

O movimento do governo tinha como objetivo agradar partidos do Centrão para que eles cedessem e apoiassem a manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça e Segurança Pública. A iniciativa, porém, não surtiu efeito, e as legendas demonstram que não será tarefa fácil atender aos pedidos do ministro Sergio Moro.

Com esse diagnóstico, o governo pretende explorar as concessões recentes para avançar em uma estratégia que aumente o apoio à aprovação da reforma da Previdência. Até agora, apenas o PSL, partido de Bolsonaro, e o Novo indicaram que votarão na comissão especial a PEC da forma como ela chegou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fase anterior de tramitação do texto na Câmara.

Entre os partidos do Centrão, como PP, DEM e PR, e até mesmo o PSDB, sigla que tem a reforma como uma de suas principais bandeiras, o apoio à aprovação da PEC está condicionado a eventuais mudanças no texto encaminhado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com a reunião, Santos Cruz, um dos responsáveis pela articulação do Planalto no Congresso, enterra os rumores de uma eventual saída do cargo. Nos últimos dias, o ministro foi alvo preferencial das críticas de Olavo, considerado guru do governo Bolsonaro. A ala militar tentou pressionar o presidente a defender o ministro, mas Bolsonaro fez elogios ao escritor em suas redes sociais e pregou a união de seu governo, dizendo que sua gestão não é dividida entre olavistas e militares.

Em outra frente, Bolsonaro recebe governadores do Nordeste, que, em sua maioria, rejeitam a reforma. Entre as presenças confirmadas, estão os governadores Renan Filho, de Alagoas, Rui Costa, da Bahia, Camilo Santana, do Ceará, e Flávio Dino, do Maranhão. Santos Cruz e Guedes também participarão do encontro, além do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do ex-deputado Marcos Montes, que está interinamente à frente do Ministério da Agricultura enquanto Teresa Cristina viaja ao exterior.

Durante a reunião, Bolsonaro pretende reafirmar a necessidade da reforma para reequilibrar as contas não apenas da União, mas também dos Estados e municípios. Com esse argumento, ele tenta criar um canal de diálogo e negociação com os governadores e conquistar o suporte deles para diminuir a resistência de parlamentares da região à proposta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Internacional

Autor: Aresu Eqbali, Sune Engel Rasmussen e Laurence Norman | Dow Jones Newswires, de Teerã, Beirute e Bruxelas

Título: Irã retoma atividade nuclear e EUA adotam novas sanções

O Irã informou ontem que vai abandonar os limites à estocagem de material nuclear, num esforço para pressionar os países europeus a ajudarem sua economia, no momento em que aumentam as tensões com os Estados Unidos.

A decisão de Teerã é o primeiro recuo nas condições do acordo nuclear de 2015 firmado com as grandes potências mundiais e do qual o governo Donald Trump se retirou um ano atrás.

O presidente iraniano, Hassan Rouhani, disse que seu país vai expandir seus estoques de urânio pouco enriquecido e de água pesada, dois materiais que podem ser usados na fabricação de armas atômicas.

Rouhani também disse que o Irã vai tomar outras medidas - incluindo a produção de urânio altamente enriquecido e a reabertura de um complexo reator de plutônio - se a Europa não ajudar o país a contornar as sanções impostas pelos EUA sobre as vendas de petróleo e atividades bancárias dentro de 60 dias.

Tomada um ano após a decisão de Trump de abandonar o acordo, a decisão do Irã visa pressionar a França, o Reino Unido e a Alemanha, sem provocar os EUA com uma ruptura total do acordo.

Ontem, os EUA impuseram sanções à indústria metalúrgica iraniana, para cortar a receita de Teerã com a exportação de minério de ferro, aço, alumínio e cobre.

Autoridades europeias disseram que não tomarão nenhuma decisão precipitada, mas a iniciativa do Irã as coloca em uma posição quase insustentável, forçando-as a escolher entre o aliado mais importante da Europa, os EUA, e um acordo nuclear histórico que segundo afirmam essas autoridades servem de base para a segurança nacional de seus países.

A Europa não vem conseguindo cumprir as promessas de ajudar Teerã, enquanto as sanções americanas enfraquecem a economia iraniana, e é improvável que consiga convencer seus bancos e empresas a desafiar as restrições americanas sob o risco de incorrer em bilhões de dólares em multas.

Ressaltando as pressões que Teerã está fazendo sobre a Europa em particular, Rouhani disse que sem os benefícios econômicos previstos no acordo nuclear, o Irã não conseguirá proteger as fronteiras da Europa e conter o fluxo de imigrantes e narcóticos, ou acolher milhões de refugiados como faz no momento.

Rouhani disse que o Irã está tentando resgatar o acordo nuclear "e não destruí-lo". "Buscamos a moderação e a paz, não iniciamos a violação das obrigações", disse o presidente iraniano numa reunião do Gabinete. "Não deixamos a mesa de negociações."

Trump classificou o acordo de "o pior de todos os tempos", afirmando que ele deveria ter incluído o programa de mísseis do Irã, sua posição contra Israel e sua influência regional. Nas últimas semanas, o governo americano aumentou a pressão sobre o Irã, recusando-se a isentar os países compradores de petróleo iraniano das sanções, num esforço para zerar as exportações de petróleo do país.

Washington enviou um porta-aviões para o Golfo Pérsico em resposta ao que afirmou terem sido ameaças excepcionalmente específicas contra os EUA na região. O secretário de Estado, Mike Pompeo, esteve no Iraque na terça-feira para ressaltar a ameaça que, segundo ele, o Irã representa.

Pompeo disse que os acontecimentos de ontem foram "intencionalmente ambíguos" e que Washington vai observar as ações do regime. "Eles fizeram uma série de declarações sobre as ações que ameaçam tomar para fazer o mundo ceder. Veremos o que eles realmente vão fazer. E quando decidirmos, tomaremos boas decisões."

Até agora, o Irã cumpriu rigorosamente os termos do acordo, segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Autoridades iranianas

disseram que as medidas de ontem estão de acordo com o pacto nuclear, uma vez que violações por um dos países signatários dá aos demais autoridade para rescindir parcialmente seus compromissos.

A retirada gradual dá ao Irã uma moeda de troca em futuras negociações com um novo governo americano após a eleição de 2020, quando poderia propor voltar a cumprir a totalidade do acordo se os EUA fizerem o mesmo, diz Ellie Geranmayeh, do European Council on Foreign Relations.

"O Irã escolheu uma escalada em câmera lenta", disse Ali Vaez, diretor do programa iraniano no International Crisis Group. "É um mecanismo para ganhar tempo. A cada dois ou três meses, eles poderão dar mais um passo que satisfaria a opinião pública interna e permitir ao governo salvar as aparências, sem dar aos EUA uma desculpa para atacar suas instalações."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | De Brasília

Título: Shell planeja ampliar presença no Brasil para além do petróleo

A Shell tem planos de investir, ao ano, cerca de US\$ 2 bilhões em suas atividades, no Brasil, até 2025, mas pode aumentar esse montante para aproveitar novas oportunidades de aquisições nos três leilões de óleo e gás. O presidente global da companhia, Ben van Beurden, conta que a ofensiva da empresa, no país, não se concentrará só no setor petrolífero e que o plano de expansão da multinacional anglo-holandesa também passa pelo gás natural, biocombustíveis e energia solar. A entrada no refino, por sua vez, está descartada.

Depois de investir R\$ 2,17 bilhões na aquisição de novos ativos de óleo e gás, nas rodadas de 2017 e 2018, a Shell vê espaço para aumentar sua presença no país, por meio dos novos leilões. De acordo com ele, o Brasil está no topo da estratégia global de crescimento da empresa em águas profundas.

"Estou 'ok' em ter mais exposição ao Brasil. Com certeza vamos dar uma olhada nos três leilões [de 2019]", disse Ben van Beurden, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

O executivo esteve reunido ontem com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) para, segundo van Beurden, expressar a "confiança e comprometimento" da Shell

com o país e ouvir os planos do governo para o setor. O Brasil está entre os três principais países do portfólio da companhia. A previsão da empresa é que sua produção em águas profundas possa ultrapassar o patamar de 900 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) em 2020 e que o Brasil pode representar metade desse volume.

Ben van Beurden disse que vê o leilão dos excedentes da cessão onerosa, previsto ocorrer em outubro, como "atrativo", porque se trata de ativos com reservas provadas e em produção.

"Mas não sou obcecado por reservas. Na nossa estratégia é o valor, não volume, o que importa", afirmou o executivo, ao ser questionado se via no leilão dos excedentes uma boa oportunidade de recuperar a perda de reservas da multinacional em 2018.

A Shell produz, atualmente, cerca de 375 mil BOE/dia, no Brasil. A petroleira opera o Parque das Conchas e Bijupirá-Salema (Bacia de Campos), e é sócia da Petrobras nos principais campos do pré-sal (Lula e Sapinhoá).

Embora seja uma empresa integrada, a Shell, contudo, não tem planos de entrar no refino no Brasil. Questionado se a empresa tem interesse no pacote de oito refinarias colocado à venda pela Petrobras, Ben van Beurden explicou que a Shell vendeu boa parte de seus ativos no refino, no mundo, nos últimos anos, e que o foco da companhia está, hoje, em refinarias integradas a complexos petroquímicos e a centros ("hubs") de comercialização global. "O Brasil pode vir a ser um centro integrado, no futuro, mas não para nós neste momento", comentou.

A Shell, porém, vê oportunidades de integração na cadeia de gás natural. O executivo destaca que a empresa "está pronta" para investir no mercado brasileiro, mas que ainda aguarda a definição do governo sobre as mudanças regulatórias.

"Acreditamos no gás como combustível do futuro e o Brasil é um grande mercado, mas precisamos de definições políticas para destravar esse mercado. Há muito gás disponível, especialmente no pré-sal, que precisa encontrar um lar", disse.

Para o presidente da Shell, no entanto, o Brasil tem potencial para se tornar um agente relevante na indústria de energia como um todo, e não somente no setor de óleo e gás.

"O Brasil é um dos 'players' mais proeminentes em biocombustíveis, no mundo... Na geração de energia, queremos crescer nas próximas décadas nesse setor e o Brasil tem fantásticas oportunidades nisso, em energia solar, eólica, mas também em geração térmica a gás natural", afirmou.

Segundo Ben van Beurden, a Shell criou uma comercializadora de energia no país e também mantém uma equipe dedicada a buscar oportunidades de investimentos em energia solar. "Já estamos olhando [oportunidades em solar] nesse momento", disse.

Sobre o setor de biocombustíveis, o executivo afirmou que é favorável ao aumento dos investimentos no segmento e que a empresa também mira oportunidades de aquisições para expandir sua presença no mercado. Ele lembra, contudo, que a estratégia no negócio cabe à Raízen, joint venture que a multinacional mantém com a Cosan.

Ben van Beurden explica que a busca por novos negócios na área de renováveis e na geração de energia, no Brasil, está dentro da estratégia global da petroleira de se reposicionar frente à transição energética para uma economia de baixo carbono. Em fevereiro, a empresa anunciou a sua estreia no setor de energia, no Brasil, ao entrar com uma fatia de 29,9% no consórcio responsável pela construção da termelétrica a gás de Marlim Azul (565 megawatts), em Macaé (RJ), ao lado do Pátria Investimentos e da Mitsubishi. A unidade consumirá o gás da Shell do pré-sal.

Globalmente, a empresa trabalha com um orçamento anual de cerca de US\$ 2 bilhões em novas energias. Desde 2017, a Shell comprou a Sonnen, alemã que concorre com a Tesla e a Samsung no fornecimento de baterias de íon de lítio de uso residencial alimentadas por energia solar, e a New Motion, uma das maiores empresas europeias de carregamento de veículos elétricos, por exemplo.

"Sou confiante de que podemos intensificar os investimentos nessa área de negócios, mas temos que provar aos investidores que a teoria é correta", disse.

Questionado sobre como conciliar a tendência mundial de eletrificação da frota com a vocação do mercado brasileiro para o etanol, Ben van Beurden disse acreditar que "países diferentes desenvolvem modelos de negócios diferentes". "Não precisamos necessariamente ter veículos elétricos [no Brasil]. A questão é como reduzir as emissões", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/05/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Minério tem leve queda

Cedendo às tensões comerciais entre China e Estados Unidos, o preço da tonelada do minério de ferro caiu 0,6% ontem, no porto chinês de Qingdao, cotada a US\$ 95,57, segundo a "Fastmarkets MB". A alta acumulada em maio recuou para 1,49%. No ano, os ganhos ainda são significativos e superam 31%. Na terça-feira, as cotações da commodity foram impulsionadas pela suspensão, por parte da Justiça brasileira, de decisão que liberava a retomada da operação de Brucutu, uma das maiores minas da Vale. A nova decisão é de 25 de abril, mas a mineradora só foi notificada na segunda-feira. Os riscos de mais redução de oferta acabaram limitando o impacto da maior cautela dos investidores quanto ao potencial acordo comercial entre Estados Unidos e China. De acordo com a publicação "Nikkei Asian Review", embora os países tenham concordado com mais de 90% dos pontos do pacto comercial, um impasse em torno dos subsídios chineses ainda não foi superado.

Faro Energy investe em MG

A Faro Energy, empresa controlada da inglesa B Corp., tem plano de inaugurar mais três usinas de energia solar nos próximos seis meses no país. No fim de março, pôs em operação uma unidade em Pirapora, norte de Minas Gerais. O investimento nesse projeto foi de R\$ 12 milhões, conforme informação da empresa. A usina solar possui área de 100 mil metros quadrados, com 7.700 módulos fotovoltaicos instalados e potência total de 2,5 megawatt-pico (MWp). O projeto terá por objetivo atender cerca de 300 lojas de uma grande rede varejista situadas no Estado de Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Petrobras divulga em junho modelo de venda do refino**

A Petrobras pretende divulgar em junho a oportunidade de venda ("teaser") do modelo de desinvestimento em refino. A companhia pretende vender separadamente as oito refinarias previstas no plano, com capacidade de

processamento de 1,1 milhão de barris diários, praticamente metade da capacidade do parque de refino brasileiro.

"A ideia é termos um 'teaser' que estará no mercado no fim de junho e nós teremos o detalhamento da venda das refinarias. A ideia é fazer a venda individualmente", afirmou a diretora Financeira e de Relações com Investidores da Petrobras, Andrea Almeida, em teleconferência com analistas sobre o resultado do primeiro trimestre.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, rechaçou a possibilidade de a BR Distribuidora adquirir qualquer refinaria da petroleira. Segundo ele, a tese não faz sentido. "Seria uma operação 'Zé com Zé'", referindo-se a um jargão do mercado de capitais. A meta, completou ele, é sair 100% das refinarias anunciadas.

Na terça-feira, o presidente da BR Distribuidora, Rafael Grisolia, havia afirmado, em teleconferência com analistas, que era "dever" da empresa, como distribuidora, olhar a possibilidade de aquisição de refinarias colocadas à venda pela estatal.

Castello Branco também afirmou que, tão logo seja concluída a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) para a francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), a empresa vai anunciar a venda da participação remanescente de 10% na empresa e na Nova Transportadora Sudeste (NTS), vendida para a Brookfield.

Os desinvestimentos serão fundamentais para os planos da Petrobras, que pretende manter sua meta de desalavancagem de 1,5 vez a dívida líquida sobre o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), em 2020, mesmo com a implementação da nova norma contábil IFRS 16, que, na prática, elevou em mais de R\$ 100 bilhões o endividamento líquido da empresa, para R\$ 372,2 bilhões, no fim do primeiro trimestre. Dessa forma, o nível de endividamento líquido da petroleira ficou em 3,19 vezes no fim de março.

"Nossa meta de alavancagem não muda. Estamos comprometidos em desalavancar a empresa. Então o nosso indicador de dívida líquida/Ebitda de 1,5 está mantido, mesmo após os ajustes do IFRS", explicou Andrea.

Castello Branco diz que estatal está alinhada com o governo em relação à abertura do mercado de gás natural

No campo operacional, o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, afirmou que está mantida a meta de produção de petróleo e gás natural da empresa de 2,8 milhões de barris de óleo equivalente

(BOE) por dia, em 2019, mesmo com a queda de 5% da produção no primeiro trimestre, em relação a igual período anterior, para 2,46 milhões de BOE por dia.

A expectativa do executivo é baseada no crescimento ao longo de 2019 da produção de três plataformas que entraram em operação neste ano. Segundo Oliveira, no mês de maio, a produção da Petrobras está acima de 2,8 milhões de BOE diários.

Questionado sobre a perspectiva de novas paradas para manutenção de plataformas, um dos principais motivos para a queda da produção no trimestre, o diretor disse que está prevista uma quantidade maior de paradas no início do segundo semestre. Oliveira, porém, disse que essa previsão já está considerada na meta para 2019.

O presidente da Petrobras também disse não lamentar a perda de produção provocada por venda de ativo. "Esse desinvestimento gera recursos para uso em ativos que vão produzir um retorno muito maior para a companhia, que é o pré-sal. É simplesmente uma gestão de portfólio", afirmou ele.

Questionado sobre o plano do governo de abrir o mercado de gás natural, Castello Branco disse não ter conhecimento sobre detalhes da iniciativa e que apenas o governo poderia responder sobre isso. Sobre a recente declaração dada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de que havia se arrependido de ter enviado para a Petrobras o consultor responsável pelo plano que previa a abertura do mercado de gás apenas em quatro anos, Castello Branco disse que "o ministro Paulo Guedes não colocou ninguém aqui [na Petrobras]".

"O ministro Paulo Guedes não colocou ninguém aqui. Até hoje, ninguém de fora colocou ninguém aqui. Todas as pessoas que trabalham aqui ou eram funcionários de longa data da Petrobras ou algumas poucas trazidas por mim. E os diretores foram escolhidos por mim sem interferência de ninguém", afirmou o executivo.

Ele acrescentou que "não há resistência" dentro da Petrobras com relação ao plano de governo de abrir o mercado de gás natural. "Nós fomos voluntariamente ao Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] conversar exatamente sobre esse tema, no refino e no gás. Não há resistência nenhuma dentro da Petrobras. A Petrobras está perfeitamente alinhada com o governo para esse objetivo".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Antecipação de linhas de transmissão puxa resultado da EDP no 1º trimestre**

O segmento de transmissão de energia foi o principal destaque do resultado da EDP Brasil no primeiro trimestre do ano, um lucro de R\$ 295,6 milhões, com crescimento de 38,1%, em relação a igual período de 2018.

De acordo com a companhia, tradicional investidora em geração e distribuição de energia no Brasil, a área de transmissão gerou cerca de R\$ 40 milhões de Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). "Foi o primeiro trimestre que teve um grande impacto do resultado de nossas transmissoras", afirmou o presidente da EDP Brasil, Miguel Setas, ao **Valor**.

O resultado da transmissão veio principalmente de um lote no Espírito Santo, que entrou em operação com 20 meses de antecipação em relação ao prazo regulatório.

A área de negócios também foi o principal responsável pelo total de investimentos de R\$ 458,3 milhões entre janeiro e março, recorde da elétrica para um trimestre. Para este ano, a EDP prevê investir R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões em transmissão.

Ainda em transmissão, a empresa está analisando oportunidades de aquisições de ativos que estão em construção ou operação. "Há uma série de projetos que estão no mercado e nós estamos atentos a essas oportunidades", disse Setas.

Questionado sobre o nível de endividamento de 2,1 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda, o executivo afirmou que a companhia não vai ultrapassar o limite de 2,5 vezes estipulado na política financeira da empresa. "Estamos com um endividamento muito conservador".

Segundo o presidente da EDP Brasil, a área de distribuição também foi destaque, com um aumento de 5,1% do volume de energia distribuída. "Os resultados das distribuidoras também evoluíram bem". O salto no volume de energia fornecida foi motivado pelas elevadas temperaturas observadas no início do ano.

Questionado sobre um possível desempenho mais fraco do mercado de energia no Brasil, devido a uma estagnação da economia, Setas disse que o plano da

empresa para este ano já contempla uma visão conservadora sobre o crescimento da economia. "Já havíamos planejado um crescimento moderado em 2019 e, por isso, está muito em linha com as nossas expectativas".

Perguntado sobre um eventual interesse na privatização na elétrica gaúcha CEEE, o executivo disse que as atenções do grupo em distribuição hoje estão concentradas nas empresas de São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina. A EDP Brasil é hoje a maior investidora da Celesc, com 23,56% do capital da elétrica catarinense.

Em geração, Setas ressaltou que a hidrelétrica de Lajeado, a maior do tipo do grupo no mundo, com 902 megawatts (MW), em Tocantins, foi classificada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como a melhor do país, em fiscalização feita em mais de 100 usinas. "Em um cenário em que se discute muito essa questão de segurança de barragens, é um resultado muito significativo para nós".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: MP-AL insiste em bloqueio de R\$ 6,7 bi da Braskem

O Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de Alagoas vão ratificar o pedido de bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem, feito em ação civil proposta no início de abril contra a petroquímica por causa do afundamento do solo em três bairros de Maceió. Além disso, pedirão na Justiça a paralisação da exploração de sal-gema (usado na produção de cloro e soda) pela companhia, atividade apontada em relatório divulgado ontem pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) como causa dos eventos geológicos que provocaram rachaduras em imóveis e vias da capital.

"Vamos ratificar o pedido de bloqueio de R\$ 6,7 bilhões e, mais do que isso, vamos agora ampliar o arco de responsabilidade, inclusive com o pedido de paralisação das atividades de mineração da Braskem, porque isso não pode continuar atingindo a toda uma população de forma indiscriminada", disse o procurador-geral de Justiça de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça, após a divulgação do laudo.

Inicialmente, o relatório conclusivo, termo usado ontem pelo serviço geológico, seria apresentado em junho, mas a divulgação foi antecipada. O laudo aponta que há desestabilização das cavidades decorrentes da mineração, o que provoca a movimentação do sal e a "reativação de estruturas geológicas antigas,

subsidiência (afundamento) do terreno e deformações rúpteis na superfície (trincas no solo e nas edificações) em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro".

Esses danos na superfície são agravados pela infiltração de água de chuva e pelo aparecimento de novas rachaduras. Outra análise mostrou tremores de terra coincidentes com as minas de extração. "Pela presença majoritária de energia sísmica em forma de ondas de superfície, os pesquisadores constataram que a fonte sísmica está próxima à superfície e não se trata de um evento tectônico causado por uma falha geológica profunda", disse a CPRM em nota. Em março, após fortes chuvas, a Prefeitura de Maceió decretou estado de calamidade pública nos três bairros.

Em nota, a Braskem informou que vai analisar os resultados do relatório, "frente aos dados coletados por geólogos e especialistas independentes". Ao menos dois especialistas consultados pela petroquímica indicaram que uma sucessão incomum de tremores de terra reativou a falha geológica que passa por Maceió, levando aos eventos no bairro do Pinheiro.

"Desde o início do agravamento das rachaduras e fissuras no bairro, em março de 2018, a Braskem vem colaborando com as autoridades na identificação das causas e informando com transparência e responsabilidade os estudos realizados por empresas de renome internacional", informou. A Braskem disse ainda que analisará junto com as autoridades a melhor orientação sobre suas operações locais. "A empresa possui laços com Alagoas há mais de quatro décadas e mantém seu compromisso inegociável com a sociedade alagoana", acrescentou.

Em resposta ao pedido inicial do MPE e da Defensoria, a Justiça limitou a até R\$ 100 milhões o valor a ser bloqueado da Braskem, mas os órgãos recorreram da decisão. Por causa desse imbróglio judicial, o pagamento de cerca de R\$ 2,7 bilhões em dividendos propostos pela petroquímica segue suspenso. Em 15 de abril, o desembargador Alcides Gusmão da Silva, do TJ-AL, determinou a suspensão da análise da proposta na assembleia geral ordinária que aconteceu no dia seguinte, até que o mérito do recurso apresentado pelo MPE e pela Defensoria fosse apreciado.

Ontem, o presidente do TJ-AL, Tutmés Airan de Albuquerque, disse que pretende intermediar a busca de uma solução entre Braskem e moradores atingidos. "Muita gente vai buscar os caminhos do Judiciário para responsabilizar a Braskem pelos danos, sejam materiais, sejam emocionais ou morais. Então, acho que seria importante a Braskem sentar com as pessoas que tiveram suas vidas afetadas no sentido de estabelecer a solução para esse conflito", afirmou, em nota disponível no site do TJ-AL.

Os trabalhos da CPRM tiveram início após um tremor de terra em março do ano passado, a pedido da Defesa Civil de Maceió. Após a divulgação do relatório da CPRM, o prefeito Rui Soares Palmeira (PSDB) usou as redes sociais para informar que a Prefeitura também vai mover ações na Justiça contra a Braskem. Em vídeo, disse que já está trabalhando com a Procuradoria do Município nesse sentido e a ideia é buscar ressarcimento aos moradores e "também para os cofres públicos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Analistas preveem ganho para Vale, apesar de desastre em Brumadinho

A **Vale** vai anunciar hoje, nos resultados financeiros do primeiro trimestre, as primeiras provisões contábeis para os impactos da tragédia ocorrida com o rompimento de uma barragem em Brumadinho (MG). A companhia não indicou até agora qual será o valor ser provisionado e esse é um número que os próprios bancos têm dificuldade de calcular, embora seja sabido que o lançamento dessa despesa terá impacto negativo em seus resultados - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) e na última linha do balanço da empresa no período janeiro-março de 2019.

Levantamento feito pelo **Valor** com oito bancos e corretoras indica que a Vale deve registrar receita de US\$ 9 bilhões, na média da amostra analisada, no primeiro trimestre do ano, com alta de 4,6% sobre igual período do ano passado (*ver tabela abaixo*). A média das oito instituições ouvidas indica ainda um Ebitda de US\$ 4 bilhões para a mineradora entre janeiro e março, aumento de 3% sobre os US\$ 3,92 bilhões do mesmo período do ano passado. O lucro líquido projetado, também na média dos bancos pesquisados, é de US\$ 1,8 bilhão, alta de 15% sobre o primeiro trimestre de 2018.

O lucro é a variável que os bancos têm mais dificuldade de calcular devido, justamente, ao fato de não se saber qual é o valor exato que a mineradora vai provisionar no balanço contábil, o que termina por afetar o resultado final. Os bancos não incluem o efeito de Brumadinho em suas projeções sobre receita, Ebitda e lucro pela dificuldade de estimar o tamanho da provisão.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Vale, em 30 de abril, o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, antecipou que a mineradora

vai fazer as provisões sobre os impactos conhecidos de Brumadinho no balanço do primeiro trimestre, mas não entrou em detalhes.

Em relatório anterior à AGO, o Bradesco BBI mencionou a expectativa de a Vale registrar cerca de US\$ 1,5 bilhão (em torno de R\$ 6 bilhões) em despesas não recorrentes relacionadas ao descomissionamento de dez barragens a montante, como Córrego de Feijão, ligada à mina de Brumadinho, que se rompeu em 25 de janeiro, deixando 237 mortos identificados e 33 pessoas desaparecidas, segundo os últimos números.

O Deutsche Bank estimou em relatório um número semelhante, mas com um detalhamento maior. Previu uma provisão de US\$ 1,3 bilhão com os custos relacionados com o desativação de barragens a montante mais US\$ 124 milhões da baixa contábil da mina de Feijão. O banco reconheceu que suas estimativas não incluem qualquer provisão potencial para finos de minério de ferro (o principal produto da Vale) e para custos relacionados ao evento do rompimento da barragem de Feijão.

Uma das dúvidas do mercado hoje é qual será o montante total que a mineradora terá que arcar para fazer frente a compensações sociais e ambientais, multas e indenizações às famílias das vítimas de Brumadinho. Isso tudo terá que ser negociado em um acordo definitivo com as autoridades federais e de Minas Gerais. A empresa já teve R\$ 16,5 bilhões bloqueados pela Justiça.

Também em relatório recente o Itaú BBA alertou investidores sobre a expectativa de a Vale ter despesas no primeiro trimestre relacionadas à baixa de ativos e provisões para futuros desembolsos do processo de descomissionamento de barragens a montante. Embora o banco reconheça a dificuldade de quantificar financeiramente esses eventos neste momento, aponta para o efeito negativo que essas despesas terão sobre o Ebitda e sobre o resultado final do balanço do primeiro trimestre da Vale.

Ontem, a Vale divulgou os primeiros números operacionais de 2019 contemplando os efeitos de Brumadinho. A produção de finos de minério de ferro da empresa totalizou 72,9 milhões de toneladas de janeiro a março, com queda de 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

Houve forte redução na produção de minério de ferro em Minas Gerais, o que era esperado, e também queda nas operações do Pará, pela ocorrência de chuvas além do normal para o começo do ano, embora o primeiro trimestre

sempre seja, sazonalmente, um período de produção mais fraca da commodity no norte do país. A Vale informou que a produção menor no norte foi parcialmente compensada pela utilização de estoques nos portos chineses. A Vale também anunciou a aplicação de novos procedimentos de gerenciamento de estoques nos portos chineses.

Antes, o contrato de compra e venda era fechado com o cliente e o produto era segregado no porto. Portanto, disse a Vale, a capacidade operacional do porto era limitada devido à falta de flexibilidade do pátio de estocagem. Agora, segundo a mineradora, a propriedade do produto e, portanto, o reconhecimento de receita só é concedido mediante a retirada de carga, o que afeta o momento do reconhecimento da receita de vendas. A Vale fez essa observação porque a nova metodologia teve um impacto de 6 milhões de toneladas no tempo de reconhecimento de vendas do primeiro trimestre.

As vendas de minério de ferro e pelotas da empresa caíram quase 20% de janeiro a março, totalizando 67,7 milhões de toneladas no período ante 84,3 milhões no primeiro trimestre de 2018. Mesmo com vendas menores, a Vale se beneficia dos preços maiores do mercado internacional de minério de ferro. A empresa reafirmou sua meta de vendas de minério de ferro e pelotas em um patamar entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas, em 2019, conforme anunciado anteriormente, e informou que a expectativa atual é que as vendas fiquem entre o mínimo e o centro da faixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Gerdau investe R\$ 400 milhões em MG

A Gerdau vai investir R\$ 400 milhões na parada do alto-forno 1 da Usina de Ouro Branco, em Minas Gerais. Segundo o presidente da companhia, Gustavo Werneck, a manutenção vai acontecer nos meses de julho e agosto deste ano.

Segundo o executivo, a parada vai demandar um estoque de 350 mil toneladas de placas e tarugos para atender os clientes da companhia neste período. Diferentemente da estratégia da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que formou o seu estoque para a parada do alto-forno em Volta Redonda comprando placas e bobinas de terceiros, a Gerdau está acelerando a produção.

"Estamos diminuindo as exportações neste ano para formar esse estoque. Além disso, 15% desse volume serão comprados de terceiros. Não está nos nossos planos a importação de aço para a formação de estoque. Já temos bastante coisa produzida", ressaltou o executivo. Com a reforma do alto-forno 1 em Ouro Branco, a Gerdau irá aumentar a capacidade de produção em 230 mil toneladas já a partir de 2021.

Os recursos para a reforma do equipamento estão no plano de investimentos da companhia de R\$ 7,1 bilhões previstos para 2019 a 2021. Segundo o executivo, R\$ 2,4 bilhões serão destinados ao aumento de capacidade, principalmente na unidade de aços especiais, no país e nos EUA.

"Já está em execução os investimentos de R\$ 532 milhões em Pindamonhangaba (SP) que prevê aumento de 400 mil toneladas na capacidade atual", disse Werneck.

Durante teleconferência sobre o balanço do primeiro trimestre, Werneck também falou sobre os planos da companhia para área de mineração. Conforme adiantou o **Valor**, a Gerdau entrou com pedido de licenciamento ambiental para uma nova mina na cidade de Itabirito (MG) que irá atender a usina de Ouro Branco.

"Ainda não anunciamos os aportes necessários para esse empreendimento, mas teremos uma capacidade anual de produção de 1,5 milhão de minério por cinco a seis anos [numa primeira fase]. É importante ressaltar que o minério dessa nova lavra será para atender à demanda de Ouro Branco."

Ele disse ainda que a companhia recebeu laudo de estabilidade favorável para a barragem de rejeitos da mina de ferro dos Alemães, em Ouro Preto (MG). A barragem foi construída usando o método a montante, o mesmo de Córrego do Feijão, em Brumadinho, e de Fundão, em Mariana, todas em Minas.

Essa barragem tem capacidade armazenamento de 3,5 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério, mas o volume ocupado hoje é de 2,5 milhões de metros cúbicos. "No dia 12 de março recebemos laudo de estabilidade favorável para a operação. Mas, já temos um projeto de descomissionamento dessa mina de ferro que será feito em 24 meses. O plano é passar a produzir pelo método totalmente a seco", disse o executivo, acrescentando que a outra barragem a montante, a de Bocaina, também em Ouro Preto, já está totalmente seca.

Ontem, a empresa apresentou os resultados financeiros do primeiro trimestre deste ano. No período, a siderúrgica registrou lucro de R\$ 449 milhões, crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2018.

Já a receita líquida da companhia caiu 3,5% de janeiro a março deste ano, totalizando R\$ 10 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, a siderúrgica apresentou receita de R\$ 10,38 bilhões.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda na sigla em inglês), foi de R\$ 1,5 bilhão, alta de 5,6% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado. A margem Ebitda alcançou 15,5%. A produção de aço bruto caiu 19,7% no primeiro trimestre, chegando a 3,34 milhões de toneladas. As vendas de aço recuaram de 22,9% para 2,98 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Petrobras é destaque e puxa alta do Ibovespa

Sem grande abalo no ambiente internacional, o Ibovespa teve uma firme alta na sessão de ontem, amparado pelo bom humor dos investidores com as novas informações sobre a articulação pela reforma da Previdência. O noticiário corporativo, sobretudo em relação à Petrobras, foi o tempero da sessão - bastante positiva para as ações e que garantiu ao principal índice da bolsa tocar os 96 mil pontos.

O Ibovespa encerrou com alta de 1,28%, aos 95.597 pontos. Desde o começo do pregão, o mercado já reagia bem à decisão do presidente Jair Bolsonaro de dividir em dois o Ministério do Desenvolvimento Regional: em Cidades e em Integração Nacional. O movimento se afasta da retórica do governo de romper com a "velha política", mas é visto como um aceno positivo aos caciques do Legislativo - e pode, com isso, ajudar na articulação pela aprovação da reforma.

Nesse ambiente, as blue chips avançaram, com destaque para as ações de bancos, com Bradesco ON (alta de 2,35%) e PN (2,07%) e Itaú PN (1,13%), além de Petrobras. No caso da estatal - a ON subiu 3,42% e a PN, 3,87% -, os fundamentos positivos e as perspectivas de expansão da produção embalaram o interesse nos papéis, apesar de um balanço trimestral sem brilho.

Segundo uma fonte especializada no setor de óleo, gás e energia de um grande fundo, a Petrobras indicou crescimento da produção em abril e maio, acima da meta da empresa para este ano, o que dá reforço à visão positiva. Um analista do setor, que também prefere não ser identificado, diz que o resultado da empresa e a teleconferência de ontem demonstram que o discurso e a direção da gestão "seguem sólidos".

O setor aéreo também foi destaque no Ibovespa, com Azul PN (4,88%) e a Gol PN (4,34%). O movimento ocorreu depois da divulgação da prévia operacional positiva da Azul: o tráfego de passageiros subiu 15,5% e a oferta cresceu 11,5% em abril. Na segunda-feira, a Gol divulgou alta de 7,8% da demanda e de 6,7% da oferta.

"Gosto do papel da Azul. A empresa tem excelente posicionamento regional e custos operacionais mais ajustados", afirma Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets.

Para um gestor de um fundo que vem operando "vendido" (que aposta na queda do papel) em aéreas na bolsa, o movimento de hoje pode ser creditado também ao comportamento do câmbio. Boa parte dos custos das empresas aéreas está atrelado ao dólar, de forma que a desvalorização da moeda americana ajuda a elevar a atratividade dos papéis.

Na ponta negativa, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) liderou as perdas (-7,43%) e arrastou consigo a ação da sua controlada Via Varejo (-4,03%), que chegou a liderar as altas do Ibovespa pela manhã. O investidor elevou a venda dos papéis com o aumento dos receios envolvendo a estrutura societária e de governança corporativa da empresa, em uma eventual combinação de ativos na América Latina.

A TIM ON (-4,53%) também foi destaque negativo dentro do Ibovespa na sessão de ontem. O lucro líquido da companhia caiu 51% no trimestre, para R\$ 120 milhões. A economia brasileira, que ainda patina na recuperação, e a forte concorrência do setor pesaram no desempenho.

Pela manhã, em comentário a clientes, os analistas do BTG Pactual afirmaram que a desaceleração da linha de receitas foi a grande frustração do primeiro trimestre e que, apesar da avaliação de preços atrativa atualmente, a desaceleração da receita pode segurar o papel de uma reprecificação significativa no curto prazo - o chamado "re-rating", no jargão do mercado.

Ativo mais ligado ao cenário externo, onde ainda predominam os receios com a China e a guerra comercial contra os EUA, a Vale ON caiu 1,41%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Felipe Frazão

Título: Maior parte de privatizações deve ficar para 2021

Secretário de Desestatização, Salim Mattar, diz que a preparação de uma estatal para venda demora de seis meses a até um ano e meio

O secretário de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, reconheceu que o governo Jair Bolsonaro vai realizar poucas privatizações de estatais ao longo deste ano. Segundo ele, o mercado deve esperar uma grande quantidade de privatizações somente em 2021. “No ano de 2019 acontecerão poucas privatizações, mas muitos desinvestimentos”, disse, ontem, Mattar. “No segundo ano, acelera-se o volume de privatizações e conclui a grande quantidade em 2021.” Em janeiro, durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia previsto que o governo arrecadaria U\$ 20 bilhões em privatizações neste ano, o que contribuiria para melhorar o resultado fiscal do governo, cujo déficit previsto é de R\$ 139 bilhões.

Mas ontem, em fala aos jornalistas após primeira reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Mattar deixou claro que a previsão de Paulo Guedes não deve se concretizar. O secretário afirmou que a preparação de uma empresa estatal para venda, atualmente, demora de seis meses a um ano e meio, de forma a cumprir a legislação e as exigências dos órgãos de controle. Segundo ele, é mais fácil para o governo vender participações em empresas, cujo prazo para conclusão do processo varia de 60 a 90 dias.

“Desinvestimentos acontecerão mais cedo, mas as privatizações vão acontecer. É uma questão de ajuste”, afirmou o secretário, comparando os primeiros meses de gestão à preparação de uma orquestra sinfônica. “Nesses quatro meses de governo estamos ensaiando para fazer essa orquestra funcionar, e vai funcionar”, afirmou. Mattar criticou governos passados de orientação social-democrata – que, segundo ele, acreditavam num Estado empresarial. “É incongruente. Ou é Estado ou é empresário. Este governo tem uma direção diferente dos anteriores. Este governo gosta de capital, de empresário, de lucro, porque acredita que somente a iniciativa privada é criadora de riqueza e geradora de empregos. O Estado é um ente improdutivo, absolutamente improdutivo”, afirmou.

Projetos. Na reunião de ontem, 59 projetos foram incluídos no PPI. Mattar explicou que o governo vai vender ações no IRB-Brasil Resseguros e debêntures da Vale. Ele criticou as participações do governo em empresas como Suzano, Fibria, MRV, Vale e Petrobrás, que são estimadas em R\$ 150 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 110 bilhões são por meio do BNDESpar. Também foi anunciado que o governo colocará à venda duas estatais de transporte público: a CBTU e a Trensurb. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) atua em

Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, e a Trensurb, responsável pelo metrô de superfície de Porto Alegre.

No caso das empresas CBTU, a empresa terá suas atividades separadas por cidade para que seja possível privatizá-las. Já nos primeiros meses, o governo Bolsonaro encontrou resistências à venda de estatais entre os próprios ministros. Um dos exemplos foi o titular da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que, durante a entrevista, defendeu a manutenção da Valec e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). A EPL foi criada para conduzir os estudos para execução do trem-bala. O projeto foi engavetado ainda no governo de Dilma Rousseff, e a empresa passou a conduzir os estudos do governo para as concessões de rodovias, ferrovias e portos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Solar.

Coluna do Broadcast

Bradesco olha o mercado de fundos de índices

O grupo inglês Faro Energy, com foco em energia solar, vai desembolsar R\$ 50 milhões em mais três projetos no Brasil até o fim deste ano como parte do seu plano de crescer no Brasil. Estão previstas duas plantas em Minas Gerais e uma em Pernambuco. Recentemente, a companhia inaugurou no município de Pirapora (MG), uma usina solar com capacidade de geração de energia de 5.500 MWh/ano, equivalente ao consumo

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: À espera da virada. Que ninguém vê

Nestes quatro meses de governo Bolsonaro, a quantidade de intrigas, de distribuição de sopapos verbais, até mesmo de baixo calão, e de puro desgoverno não tem precedentes e, decididamente, não ajuda a recuperação do País. A política econômica é declaradamente neoliberal, mas enfrenta o jogo protecionista e antiglobalizante da chancelaria. Os filhos do presidente, também conhecidos, respectivamente, por agentes 01, 02 e 03, mais o suposto guru filosófico trocam insultos com os generais que fazem parte do governo. O

Executivo ignora o Legislativo, não sabe se adere a alguma forma de presidencialismo de coalizão – o que implica alguma forma de partilha de poder e de benesses – ou se parte para uma forma descolada de governo, seja lá o que isso signifique.

A principal iniciativa é o projeto de reforma da Previdência e, no entanto, o presidente não parece engajado na empreitada, o que sugere que ele pode não acreditar no que está propondo. Há quatro meses, ainda havia a expectativa de que as reformas mudariam o jogo. Agora, espraia-se a noção de que também aí não há milagre. A pergunta à espera de resposta é se a economia real se move como nos Estados Unidos, apesar de Donald Trump e de suas trumpadas. A percepção geral é a de que se move sim, mas para trás. O desemprego atinge 13,4 milhões de pessoas, as novas projeções do PIB não são mais de avanço perto de 3,0% ao ano, mas de, no máximo, 1,49%, como se viu na última pesquisa Focus, do Banco Central.

Com a demanda muito perto da estagnação e a indústria asfixiada, seria de esperar que a inflação resvalasse para a altura dos 3,5% em 12 meses, mas voltou a subir, para acima dos 4,0%. A economia argentina, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, está mergulhada na crise. E, agora, a ameaça de guerra comercial entre Estados Unidos e China ficou ainda mais forte, situação que multiplica as incertezas. Um olhar atento ainda enxerga sinais de vitalidade. O agronegócio, por exemplo, embora tenha perdido alguma renda com a queda dos preços internacionais das commodities, segue com forte dinamismo.

As contas externas, área que, no passado, foi a mais vulnerável, seguem robustas. Também se esperam bons resultados do setor do petróleo, sob pressão dos governadores, que não tiram os olhos das promessas com Royalties: a produção nacional de óleo e gás aproxima-se dos 3 milhões de barris diários, mais que a dos Emirados Árabes, sétimo maior fornecedor do mundo. Os leilões de serviços públicos não caminham na velocidade desejada, mas caminham. Não se sabe ainda o quanto esse lado encorajador está sendo contaminado pela onda de desalento.

Qualquer pessoa sabe que um doente se recupera mais facilmente se estiver animado e engajado na cura da sua enfermidade. Com a economia também é assim, porque o desânimo tende a arrastar os investidores para a retransa, adia o consumo e segura o crédito. A sociedade espera com ansiedade um clarão no horizonte que ilumine tudo e vire o jogo modorrento e perdedor de agora. Mas, para isso, é necessário que o presidente Jair Bolsonaro comece a governar.

» Sem mudança nos juros

Também desta vez, a reunião do Copom não trouxe novidades. Foram mantidos os juros de 6,5% ao ano, como mostra o gráfico. O Banco Central reconhece que a evolução do PIB está mais lenta do que o esperado, mas não se mostrou, por conta da baixa demanda, nem um pouco inclinado a reduzir os juros. Ao contrário, apontou que as incertezas quanto ao destino das reformas pode puxar a inflação na direção oposta. Não há indícios de que, na reunião de 19 de junho, o Copom possa reduzir os juros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Direto.

Coluna do Estadão

O líder do governo no Senado, Bezerra Coelho, mandou a real no encontro com governadores: só há dinheiro imediato para a cessão onerosa e, no curto prazo, para o "Plano Mansueto". Rodrigo Maia defendeu a manutenção dos Estados na reforma.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Estudos ligam mineração da Braskem a rachaduras em Maceió

Salvador - As atividades de mineração da Braskem em uma área de falha geológica são a principal causa dos afundamentos de terra, rachaduras, fendas e trincas que atingem três bairros de Maceió (AL).

Esta é a conclusão dos estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil, órgão ligado ao **Ministério das Minas e energia**, que foram apresentados nesta quarta (8) em audiência pública na capital alagoana.

As rachaduras nos imóveis nos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange intensificaram-se há cerca de um ano, quando foram registrados tremores de terra, atingindo uma área de 2,2 milhões de metros quadrados onde moram cerca de 20 mil pessoas.

Desde então, 160 imóveis foram condenados pela Defesa Civil e outros 330 foram localizados em áreas consideradas de altíssimo risco.

Os estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil apontaram que atividades de mineração da Braskem, que possui 35 poços de extração de sal-gema na região, quatro deles em atividade, resultaram na desestabilização de cavidades no solo e na movimentação da camada de sal.

Essa movimentação resultou em uma reativação da atividade de estruturas geológicas preexistentes, sobretudo em uma escarpa que foi identificada como falha do Mutange, considerada de alto risco.

De acordo com o geólogo Thales Sampaio, pesquisador do Serviço Geológico do Brasil e coordenador da equipe técnica que estudou o caso, a Braskem não levou em consideração a existência de falhas geológicas em suas atividades.

"Você pode fazer mineração em região de falha. Mas não pode em hipótese alguma desconhecer que ela existe [...] Acho que eles acreditaram que não existia uma falha."

Com a identificação das causas das rachaduras e afundamentos, Serviço Geológico e Defesa Civil vão dar início a um plano de ação para a retirada das famílias em áreas de risco.

"Não podemos garantir a integridade dos imóveis nas áreas em que há subsidência [afundamento da terra]. Mas isso não significa que as pessoas precisam sair correndo", diz Thales Sampaio. A possibilidade de chuvas torrenciais é um dos fatores que podem ampliar a margem de risco, forçando uma desocupação imediata dos imóveis.

A situação é considerada mais grave no bairro do Pinheiro, onde problemas de saneamento e drenagem no bairro geraram mais instabilidade no terreno, com afundamentos de até 40 centímetros.

Ao apresentar os estudos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras decide vender participações minoritárias em gasodutos

Alinhada com a proposta do governo para reduzir o monopólio estatal no setor de gás, a Petrobras decidiu colocar à venda a participação remanescente nas

duas principais malhas de gasodutos do país, cujo controle foi transferido recentemente a sócios privados.

A proposta foi anunciada nesta quarta-feira (8), em encontros para comentar o lucro de R\$ 4 bilhões registrado pela empresa no primeiro trimestre.

Embora o resultado tenha sido 42% inferior ao do mesmo período de 2018, as ações da empresa tiveram forte alta.

A Petrobras tem hoje fatias de 10% em duas empresas que controlam as malhas de gasodutos do Sudeste e das regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Nos dois casos, o controle foi vendido a empresas privadas.

A desverticalização do setor é um dos focos do projeto de redução do preço do gás natural do Ministério da Economia.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, não respondeu qual seria o posicionamento da estatal sobre as metas do governo, mas frisou que desde sua posse tem dito que é contrário a monopólios, tanto no gás como no refino.

A Folha apurou, porém, que há preocupação na companhia em relação à perda de valor de ativos, tanto de produção quanto de escoamento do gás.

Em teleconferência com analistas, Castello Branco reconheceu que a estatal não teve um “trimestre brilhante”, mas disse esperar que os “melhores momentos estão por vir”.

“Produzimos menos petróleo e tivemos de comprar mais no mercado internacional, o que impactou nossas margens”, resumiu a diretora financeira da estatal, Andrea Marques de Almeida.

No primeiro pregão após o balanço, as ações preferenciais da estatal, mais negociadas, fecharam em alta de 3,87% na Bolsa de São Paulo.

Para o presidente da companhia, é um voto de confiança.

“Individualmente, vemos o trimestre de forma negativa, mas os resultados apontam potencial à frente”, escreveu o analista Daniel Cobucci, do Banco do Brasil Investimentos.

A empresa informou que espera cortar quase 10% de seus 47.222 empregados e economizar R\$ 4,1 bilhões até 2023 com o novo PDV (plano de demissão voluntária), anunciado em abril.

Entre 2014 e 2018, o quadro de empregados da companhia foi reduzido em 19% — e faz parte de um processo de corte de custos que inclui o fechamento de escritórios em São Paulo, Rio, Tóquio e Nova York, por exemplo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Frete mínimo não é viável a longo prazo, diz presidente da Randon

Entrevista - Daniel Randon

Ivan Martínez-Vargas

Para o recém-nomeado presidente da maior fabricante de reboques da América Latina, a Randon, o tabelamento do frete não é uma política sustentável a longo prazo.

Daniel Randon, 42, assume o cargo nesta sexta-feira (9). Ele ficará no lugar do irmão David, 60, que comandava a marca desde 2014 e passará à presidência do conselho de administração.

Apesar da atividade econômica fraca do Brasil, o executivo mantém a meta de crescer 16% neste ano, impulsionado pelo aquecimento do setor do país e pelo bom desempenho da economia americana.

Daniel se diz otimista com a aprovação da reforma na Previdência. Na conta das preocupações, coloca a economia argentina, que vive um cenário de hiperinflação.

Os senhores têm percebido o movimento de empresas investirem em frota própria por causa do tabelamento do frete? Como veem a tabela?

Algumas empresas começaram a fazer os cálculos para reduzir a terceirização de frota. Dificilmente alguém para [de terceirizar], mas existe esse movimento para buscar equilíbrio [dos custos]. Por mais que se criem intervenções como essa, é difícil mantê-las. O mercado se ajusta com base na oferta e na procura. Não tem como tabelar. O mais importante é que a economia volte a crescer, para que não precisemos de tabelamento, e sim tenhamos mais demanda. Isso vai fazer com que os preços sejam mais justos. O tabelamento é uma intervenção que pode contribuir para alguns no curto prazo, mas no longo pode ser até prejudicial para o autônomo, se algumas empresas reduzirem a terceirização.

O crescimento do país no primeiro trimestre foi baixo, e há rusgas entre Executivo e Legislativo na negociação para aprovar a reforma da Previdência. Quais são suas expectativas em relação à economia?

O Brasil tinha uma expectativa alta, e por isso iniciamos abril com questionamentos e redução nas previsões de crescimento para 1,5%. Parte disso pode ter sido ocasionada por questões políticas, mas tem a ver com setores que não voltaram a crescer. No caso da reforma, minha expectativa sempre foi conservadora. Eu não esperava de que ela fosse aprovada no primeiro semestre, mas tem de aprovar neste ano. Falo com investidores no exterior e eles têm dito que acreditam no Brasil, mas querem ver resultados. Um deles é a reforma. Precisamos avançar também na parte de privatizações, e isso tem sido feito. O país precisa urgentemente de infraestrutura para voltar a crescer. As concessões que saíram no primeiro trimestre são um bom sinal. Estou otimista.

O setor de reboques tem tido resultados melhores [alta de 79% em 2018], mas ainda longe do nível pré-crise. Quais são as expectativas do senhor? Passamos bem pela crise, aumentamos a nossa participação de mercado [para cerca de 40%] e lançamos produtos. Hoje, o negócio do grupo no Brasil é atrelado aos resultados de venda de reboques [o conglomerado atua nos ramos ferroviário e de autopeças]. Isso é influenciado pelo desempenho do agronegócio. Como essa área vai bem, temos ótimas perspectivas. Não voltaremos ao patamar de 75 mil unidades pré-crise agora, mas manter a produção acima dos 50 mil seria interessante. [Em 2018, o setor vendeu 44,6 mil]. Nossa meta é crescer 16% em faturamento e chegar a R\$ 7 bilhões de receita em 2019. Disso, US\$ 300 milhões virão de exportações.

Qual o peso das operações internacionais?

Os Estados Unidos são nosso principal mercado depois da América Latina, e está aquecido. Para 2020, com eleições, há preocupação [do mercado] de desaceleração, mas nossas expectativas são boas. Nossa principal preocupação é a Argentina, com hiperinflação em ano eleitoral. O país acabou de fazer um tabelamento de preços que é preocupante. É uma situação que prejudica o setor brasileiro de veículos comerciais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/05/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Incerteza cresce após Irã seguir EUA e renunciar a parte de acordo nuclear

Anúncio ocorre depois de Trump enviar bombardeios ao golfo e é sucedido por novas sanções americanas

TEERÃ E WASHINGTON - AFP E REUTERS- O Irã anunciou na quarta (8) que deixará de seguir alguns compromissos do acordo de 2015 sobre seu programa nuclear, em resposta à decisão unilateral dos EUA de abandonar o pacto no ano passado e restabelecer sanções.

Teerã suspendeu a limitação de seu estoque de água pesada e de urânio enriquecido estipulado no acordo, que tinha por objetivo restringir drasticamente seu programa nuclear.

"A República Islâmica do Irã não se considera neste momento obrigada a respeitar as restrições que dizem respeito às reservas de água pesada e de urânio enriquecido", afirmou nota do Conselho Superior de Segurança Nacional.

Horas depois, os EUA anunciaram novas sanções que atingem o regime persa, ao punir instituições financeiras estrangeiras que façam transações com os setores de mineração e de metais industriais iranianos, incluindo aço, alumínio e cobre. Essas são as principais fontes de renda de exportação do Irã não relacionadas ao petróleo, segundo a Casa Branca.

Ao assinar a ordem executiva (espécie de medida provisória), o presidente Donald Trump ameaçou adotar outras medidas amenas que Teerã mude seu comportamento "fundamentalmente".

O emissário americano para o Irã, Brian Hook, disse que os EUA "nunca cederão" à "chantagem nuclear do regime iraniano".

O Irã ameaçou renunciar a outros compromissos caso os demais signatários do acordo não encontrem uma solução em um prazo de 60 dias para aliviar os efeitos das sanções americanas, em particular nos setores petroleiro e bancário.

O anúncio coincide com um momento de tensão entre Irã e EUA, que anunciaram na véspera o envio de bombardeiros B-52 ao Golfo Pérsico.

Ainda na terça (7), o secretário de Estado, Mike Pompeo, fez uma visita surpresa ao Iraque e acusou o Irã de preparar "ataques iminentes" contra as forças americanas.

O presidente iraniano, Hassan Rouhani, disse que as medidas estão em conformidade com o acordo de Viena, que permite suspender parcial ou totalmente alguns de seus pontos em caso de descumprimento por outra parte.

O acordo "precisava sofrer uma operação cirúrgica depois que um ano de sedativos não produziu nenhum efeito", declarou Rouhani. "Esta operação cirúrgica pretende salvá-lo, não destruí-lo."

A decisão foi comunicada aos países que integram o acordo: Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha.

"Se ao final deste prazo [de 60 dias] estes países não forem capazes de responder às exigências do Irã, Teerã deixará de respeitar as restrições sobre o nível de enriquecimento de urânio, assim como sobre a modernização do reator de água pesada de Arak", disse a nota do conselho iraniano.

A nota acrescentou as medidas anunciadas podem ser revisadas "a qualquer momento".

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, denunciou a "pressão irracional" sofrida pelo Irã em consequência das "decisões impensadas e arbitrárias", que provocam "medidas irritantes". Ele ressaltou que a Rússia continua "comprometida" com o acordo.

A China considera que "manter e aplicar o acordo é responsabilidade de todas as partes", segundo o porta-voz da chancelaria, Geng Shuang.

Validado por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, o acordo deu ao Irã uma suspensão parcial das sanções contra o país. Em troca, Teerã aceitou limitar seu programa nuclear e não tentar produzir armamento atômico.

Mas por considerar que o acordo não oferecia garantias suficientes, o presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo há um ano e restabeleceu as sanções, afetando duramente a economia do país.

O anúncio do Irã não muda o regime de inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) no país. Esse regime segue o Protocolo Adicional ao Tratado de Não Proliferação nuclear, que Teerã aceitou assinar no âmbito do acordo, depois de sua saída em 2006.

A Aiea certificou que até agora Teerã respeitava seus compromissos: limitou seu estoque de água pesada ao máximo de 130 toneladas e suas reservas de urânio enriquecido a 300kg. Além disso, deixou de enriquecer urânio em um percentual superior a 3,67%.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/05/2019****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordóñez****Título: Para presidente da Petrobras, BR não é a 'joia da coroa' da empresa**

Roberto Castello Branco diz que distribuição de combustíveis tem retorno baixo e anuncia venda de fatias em gasodutos

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que a BR Distribuidora não pode ser considerada a "joia da coroa" da estatal. Ao reiterar sua estratégia de se desfazer de negócios na área de refino e distribuição para focar na exploração e produção de petróleo, principalmente no pré-sal, ele afirmou que a subsidiária de combustíveis tem um retorno baixo para a estatal.

— A grande joia da Petrobras é o expertise em exploração e produção. Nessa área, o retorno sobre o capital empregado foi de 11%, superior a todas as outras áreas. Se comparar a BR com os outros concorrentes, as despesas gerais por metro cúbico (de combustível) são maiores que seus competidores. O retorno é baixo para nós — disse Castello Branco, em entrevista coletiva sobre os resultados do primeiro trimestre, divulgados anteontem, com lucro de R\$ 4 bilhões, queda de 42% ante mesmo período de 2018.

Castello Branco afirmou que a estatal vai vender os 10% restantes das ações nas empresas de gasodutos TAG e NTS, vendidas para Engie e Brookfield, respectivamente. O executivo disse ainda que vai vender 70% dos campos de águas rasas:

— Dizem que há um desmonte da Petrobras. Mas isso é chavão. Estamos fazendo gestão de portfólio, desinvestindo em ativos que não são interessantes e investindo onde é interessante.

Segundo uma fonte do setor, apesar de a Petrobras se desfazer integralmente das empresas de gasodutos, os contratos do uso da capacidade dessa rede deverão ser mantidos.

A estatal também pretende se desfazer de parte dos 70% das ações da BR com as quais controla a distribuidora, mas Castello Branco disse que o modelo de venda ainda não foi definido. O executivo foi enfático ao afastar a possibilidade de a BR participar da compra de refinarias que a estatal vai vender. Na véspera, o presidente da subsidiária, Rafael Grisolia, disse, em conferência com analistas, que "tem o dever de olhar" uma possível participação no processo de venda das refinarias.

— A BR não participará de nenhum processo. Não faz sentido. Seria uma operação, como se dizia antigamente, Zé com Zé. Nossa ideia é vender 100% das refinarias listadas. Simples assim — disse Castello Branco.

Há duas semanas, a Petrobras anunciou que pretende vender oito refinarias, que podem processar 1,1 milhão de barris por dia, metade de sua capacidade, mas o executivo disse que o modelo de venda também não foi fechado.

— Queremos vender as refinarias sem ter monopólios regionais. É o que posso falar no momento. A BR não participará — afirmou.

Na frente de corte de custos, o diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, Eberaldo Neto, disse esperar adesão de 60% dos 7.460 funcionários elegíveis para o novo plano de demissão voluntária, aberto até junho de 2020. No alvo da estatal, que tem 47,2 mil empregados, estão funcionários já aposentados.

— Esperamos uma economia até 2023 de R\$ 4,08 bilhões — disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2019

Seção: Economia

Autor: ELIANE OLIVEIRA

Título: Governo inclui 59 projetos em programa de concessões

Lista traz desde megaleilão do pré-sal até Angra 3 e privatizações da Casa da Moeda e da CBTU. Projeção de investimento chega a R\$ 1,6 trilhão em 30 anos

BRASÍLIA- O governo Jair Bolsonaro reforçou a carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) com 59 novos projetos. Juntos, eles resultarão em investimentos que somam R\$ 1,6 trilhão em 30 anos. Para engordar o PPI, no entanto, foi preciso recorrer a projetos que ainda dependem de decisão do Congresso e de aval do Tribunal de Contas da União (TCU), como é o caso de um megaleilão de petróleo do pré-sal, e obras que estão paradas há anos, como a usina nuclear Angra 3. O projeto teve a construção paralisada após investigação de corrupção na Lava-Jato.

Também entraram empreendimentos no setor de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e energia.

Estão na lista a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), a Lotex (loterias da Caixa) e a Casa da Moeda.

O anúncio foi feito após reunião, no Palácio do Planalto, do Conselho do PPI. Agora, o programa — criado no governo do ex-presidente Michel Temer — passa a contar com 105 projetos. Esse acréscimo foi o primeiro pacote de privatizações de Jair Bolsonaro.

PETRÓLEO E GÁS SOMAM R\$ 1,4 TRILHÃO

A maior parte do valor estimado de investimentos, em torno de R\$ 1,4 trilhão, será proveniente dos segmentos de petróleo e gás, com ênfase no leilão, previsto para outubro deste ano. No setor elétrico, um dos destaques é o leilão de transmissão de energia que deverá acontecer no segundo semestre em dez estados, atingindo algo em torno de 2,5 mil quilômetros. A estimativa de investimentos é de R\$ 3,6 bilhões.

Também serão licitados 22 terminais aeroportuários em três regiões do país, tendo como carros-chefes Goiânia, no Centro-Oeste; Curitiba, no Sul; e Manaus, no Norte, compre-visão de R\$ 5 bilhões em investimentos. Segundo o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, após esse processo, será a vez de Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP).

— Estamos lançando a 6a. rodada dos aeroportos, e a previsão é que sejam licitados em outubro de 2020, quando devemos iniciar estudos da 7a. rodada, com licitações ocorrendo em 2022 para Santos Dumont e Congonhas — afirmou o ministro, acrescentando que não há uma definição sobre o aeroporto de Viracopos, em Campinas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: RJ quer reduzir ICMS do etanol

O governador do Rio, Wilson Witzel, informou que vai enviar à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a redução da alíquota do ICMS sobre o etanol de 32% para 24%, para reduzir o preço do combustível nas bombas. A medida restabeleceria a redução prevista em uma lei que expirou em dezembro de 2018.

Segundo o governo estadual, a ação não vai reduzir a arrecadação, porque se espera aumento nas vendas. Mesmo com a redução, a alíquota de ICMS sobre o álcool no Rio continuaria uma das mais altas do país. Em São Paulo, por exemplo, é 12%.

(Colaborou Letycia Cardoso)

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/05/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: União estuda renegociar dívidas de caminhoneiros**

Objetivo é facilitar acesso à linha de crédito lançada pelo BNDES para a categoria

O governo federal estuda renegociar dívidas de caminhoneiros com dificuldades para acessar a linha de crédito de R\$ 30 mil lançada em meados de abril pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como parte de um pacote de medidas do governo para apoiar a categoria. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, representantes dos caminhoneiros se queixam de que muitos autônomos não conseguem acessar os recursos disponíveis para despesas com manutenção e seguro do veículo de trabalho porque estão inadimplentes.

— Muitos caminhoneiros estão com o nome sujo e, por isso, têm dificuldade para acessar os recursos. Vamos identificar uma forma de renegociar essas dívidas e encaminhar o assunto — disse Sampaio, ao participar ontem de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

Com 12 meses de vigência, o programa do BNDES tem dotação orçamentária inicial de R\$ 500 milhões para autônomos donos de até dois caminhões e cooperativas. Gastos com combustível não serão financiados. No lançamento, o presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse que a linha de crédito não envolve subsídios.

Em junho de 2016, o então presidente Michel Temer sancionou a Lei 13.295, que, entre outros pontos, trata do refinanciamento de dívidas de caminhoneiros autônomos. A lei ampliou o prazo para refinanciamento das dívidas de caminhoneiros com o BNDES para contratos firmados até 31 de dezembro de 2015.

PONTOS DE DESCANSO

Sampaio informou que os primeiros pontos de parada de descanso em rodovias concedidas, outra promessa do governo aos caminhoneiros, devem ser inaugurados em até 40 dias. Segundo o secretário, algumas praças de pedágio desativadas estão sendo reformadas para servir de ponto de parada, para que "eles tenham condições mínimas de trabalho". Sampaio disse que o governo busca desburocratizar a atividade de transporte autônomo.

(Agência Brasil)

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Todo mundo de olho no petróleo brasileiro

Está sendo realizado em Houston, capital mundial do petróleo, a Offshore Technology Conference (OTC), e, por lá, só dá Brasil. As mesas sobre as perspectivas do pré-sal brasileiro estão lotadas, com gente em pé, que pagou mais de US\$ 500 para estar ali. Como se sabe, em outubro, haverá aqui um megaleilão de petróleo, que, segundo o empresário João Carlos De Lucca, deve ser o maior do mundo até agora.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2019

Seção: O mundo

Autor:

Título: Pacto em perigo

Irã reduz compromisso nuclear e dá 60 dias a potências para acharem saída

TEERÃ E WASHINGTON- O Irã informou ontem que suspendeu parte de seus compromissos do acordo nuclear de 2015 e ameaçou avançar neste sentido se as potências mundiais não preservarem o país das sanções dos Estados Unidos, que deixaram o pacto há um ano.

O presidente iraniano, Hassan Rouhani, disse que Teerã poderá retomar o alto nível de enriquecimento de urânio se os signatários restantes — Reino Unido, França, Alemanha, China e Rússia — não cumprirem a promessa de proteger seus setores petrolífero e bancário nos próximos 60 dias. Em resposta, os Estados Unidos impuseram novas sanções contra a exportação de metais industriais e ameaçaram lançar novas ações, a menos que o governo iraniano mude "fundamentalmente" o seu comportamento.

Em discurso transmitido na TV, Rouhani disse que Teerã deixaria de trocar com nações estrangeiras urânio enriquecido por mineral bruto e de vender o excedente de água pesada (óxido de deutério) produzido no processo de enriquecimento do urânio. Tais trocas e vendas baseiam o compromisso iraniano de não manter estoques destes elementos, que poderiam ser usados em eventual produção de bombas atômicas.

O líder iraniano, porém, destacou que a nova decisão não significa o abandono do acordo nem da disposição de se sentar à mesa de negociações.

— O caminho que escolhemos hoje não é o caminho da guerra, é o caminho da diplomacia — destacou Rouhani, no discurso.

— Mas é uma diplomacia com uma nova linguagem e uma nova lógica.

Em Washington, Tim Morrison, assistente especial do presidente americano, Donald Trump, advertiu a Europa a não tentar contornar as sanções fazendo negócio com Teerã.

— Agora é a hora para a comunidade internacional condenar fortemente a má conduta nuclear do Irã e aumentar a pressão sobre o regime para cumprir as exigências dos Estados Unidos — disse Morrison.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia iraniana se contraiu 3,9% no ano passado. O órgão já previa recuo de 6% para este ano antes das recentes inundações que causaram danos no valor de US\$ 3,02 bilhões. O alívio nas sanções nos setores petrolífero e bancário era o principal benefício ao Irã em contrapartida à limitação de seu programa atômico.

Teerã sempre disse que o enriquecimento de urânio em seu território tem fins de produção de energia, mas outras nações temiam que o país pudesse produzir armas nucleares.

Ao anunciar a suspensão de parte do acordo, Rouhani deu 60 dias para as potências globais — incluindo a Rússia — cumprirem suas promessas para que o país consiga driblar as restrições americanas.

— Se os cinco países chegarem à mesa de negociação e alcançarmos um acordo, e se pudermos proteger nossos interesses nos setores petrolífero e bancário, voltaremos à estaca zero (e retomaremos nossos compromissos) — disse o presidente.

— A UE não conseguiu cumprir suas promessas econômicas ao Irã. A postura europeia é boa em palavras, mas não em atos.

BUSCA POR ALTERNATIVAS

Nos últimos meses, a Europa tentou salvar o acordo nuclear. Em janeiro, as potências lançaram um mecanismo para driblar as sanções americanas contra o Irã e evitar que suas empresas fossem atingidas. Mas a falta de avanços nesta iniciativa fez Teerã se voltar a Rússia, China e Turquia em busca de canais alternativos para driblar os efeitos das restrições econômicas.

Trump anunciou que os EUA sairiam do pacto acusando o Irã—alvo constante de seus principais assessores, como o secretário de Estado, Mike Pompeo e o conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton — de se favorecer dos benefícios econômicos para impulsionar seu programa de mísseis e ajudar grupos regionais contrários a aliados dos EUA. A Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU, encarregada de monitorar o programa nuclear iraniano, vem indicando sucessivamente que o país tem cumprido o acordo de 2015.

"A reação iraniana foi tão previsível que pode nos levar a concluir que fazer com que o Irã abandone o acordo é exatamente o que o governo americano quer", afirmou em nota o presidente do centro de estudos International Crisis Group, Robert Malley.

Os anúncios de ontem contribuem para a escalada de tensões entre Irã e EUA. No domingo, a Casa Branca anunciou o envio de uma força-tarefa naval comandada por um porta-aviões, e o deslocamento de bombardeiros B-52 da Força Aérea para o Oriente Médio. OS EUA acusam o Irã de armar seus navios no Golfo Pérsico com mísseis de curto alcance.

MME / ASCOM .